

**TORNAR-SE CORTE
TRABALHO ESCRAVO E ESPAÇO URBANO NO RIO DE JANEIRO
(1808-1815)***

Ynaê Lopes dos Santos **

Recebido 01/06/2013 Aprovado 30/06/2013
--

Resumo: Há muito que o processo de transformação da cidade do Rio de Janeiro em Corte lusitana tem promovido estudos interessantes sobre a história da cidade e sua relação mais ampla com a formação do Estado Nacional brasileiro. Com o intuito de contribuir para esse debate, o presente trabalho pretende analisar como a escolha pela manutenção da escravidão, num momento em que a instituição estava sendo questionada, foi fundamental para a formação da cidade-Corte entre os anos de 1808 e 1815.

Palavras-chave: Escravidão – Rio de Janeiro – Corte.

Abstract: There is much that the process of transformation of the city of Rio de Janeiro in Portuguese Court has promoted studies on the interesting history of the city and its wider relationship with the formation of the Brazilian National State. Aiming to contribute to this debate, this paper intends to analyze how the choice for the maintenance of slavery, at a time when the institution was being questioned, was crucial in the formation of the city-Court between the years 1808 and 1815.

Keywords: Slavery – Rio de Janeiro – Court.

A Corte e seu aparato

João Cassange, Pedro Mina, Antônio Congo e o crioulo Jacinto compartilhavam mais do que a condição de cativos. Na primeira semana de maio de 1811, todos eles foram autuados e presos pelos oficiais que trabalhavam para Paulo Fernandes Viana, homem responsável pela Intendência Geral de Polícia da Corte do Rio de Janeiro. Os

* Este trabalho é parte da pesquisa desenvolvida no meu doutorado que contou com o financiamento da FAPESP. SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Irmãos do Atlântico. Escravidão e espaço urbano no Rio de Janeiro e Havana (1763-1844)**. Tese de Doutorado em História Social defendida na Universidade de São Paulo, 2012.

** Doutora em História pela PUC-RJ, com pós-doutorado pela Unifesp. Atualmente trabalha como roteirista de vídeos institucionais e documentário. *E-mail:* ynaels@hotmail.com

motivos das prisões foram diversos: no primeiro e segundo casos, ambos os escravos foram acusados de furto; Antônio Congo feriu um dos seus colegas de trabalho e Jacinto havia cometido assassinato.¹ Crimes como esses acompanharam Fernandes Viana durante o período em que esteve à frente da Intendência de Polícia, e, em certa medida, foram tais situações que justificaram sua longa estada ao lado de D. João. Uma das principais atribuições da Intendência de Polícia era garantir que a Corte portuguesa conseguisse desfrutar as vantagens da escravidão nos trópicos.

Desde a derrota das tropas napoleônicas em Saint-Domingue em 1802 e da proclamação da República do Haiti em 1804, o imperador francês Napoleão Bonaparte iniciou uma forte campanha imperialista dentro do continente europeu, que foi reforçada pela derrota marítima para a Inglaterra em 1805, na batalha de *Trafalgar*. O decreto do Bloqueio Continental (1806), medida que proibia as demais nações europeias a realizar transações comerciais com sua arquirrival Inglaterra, foi um feito de dimensões Atlânticas. As vitórias obtidas sobre a Áustria, Prússia, e Rússia confirmavam a superioridade bélica do exército terrestre francês que, após a assinatura do *Acordo de Tilsitt* em 1807, rumou para o lado ocidental do continente. A essa altura, as autoridades lusitanas já haviam rascunhado aquela que fora a mais astuciosa saída encontrada por uma nação europeia que pretendia manter sua soberania e suas parcerias comerciais: a transferência da Corte para o Novo Mundo.

As pretensões imperialistas de Bonaparte há muito ocupavam a agenda dos principais homens do governo lusitano. Antes mesmo do decreto do Bloqueio Continental, os franceses já tentavam, por meio de acordos diplomáticos, diminuir a influência inglesa em Portugal.² A confirmação do conflito entre ingleses e franceses, em maio de 1803, acabou radicalizando as posições lusitanas, que precisavam encontrar um denominador comum caso desejassem manter a supremacia do Príncipe Regente intacta. O que se deu entre os anos de 1803 e 1807 foi uma série de debates, conchavos e alianças políticas na corte lusa, com especial destaque para a atuação de D. Rodrigo de Souza Coutinho e Araújo de Azevedo, dois dos principais articuladores do Império Português na época. O historiador Valentim Alexandre chegou a utilizar o termo “partido” para descrever este período da história de Portugal, em que os políticos

¹ AN. Códice 403, volume 1, (maio de 1811).

² ALEXANDRE, Valentim. **Os sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português**. Porto: Edições Afrontamento, 1993. p. 127-129.

portugueses podiam ser identificados como favoráveis (ou partidários) aos ingleses ou franceses.³ Todavia, ao fim e ao cabo, no dia 27 de dezembro de 1807, após a invasão das tropas napoleônicas em Portugal, a Corte lusitana se retirou de Lisboa em direção ao Rio de Janeiro, redefinindo os arranjos que até então marcavam a relação colonial.

A escolha do Rio como sede da Corte portuguesa era um evento digno de comemoração. Não só pela simbologia política que tal medida representava – coroando a importância que o Rio de Janeiro havia galgado nos últimos cinquenta anos -, mas também pelas benesses econômicas que isso traria para os habitantes da cidade. A abertura dos portos para as nações amigas decretada em janeiro de 1808, quando a Corte ainda estava em Salvador, seria decisiva para a futura dinamização das relações comerciais do Rio de Janeiro a partir da chegada da Família Real.

As razões que justificaram a escolha do Rio de Janeiro como sede da Corte foram as mesmas que, anos antes, levaram o Marquês de Pombal a transferir a capital da colônia para lá. Além do porto naturalmente seguro (com a principal entrada salvaguardada pelos quatro morros que circundavam a cidade), o Rio de Janeiro possuía uma atividade portuária e comercial intensa – boa parte dela decorrente do tráfico de africanos escravizados – comandada por uma intrincada rede de negociantes, que há tempos faziam da cidade muito mais do que um local de passagem. A presença de diversos órgãos governativos também fazia do Rio de Janeiro a cidade colonial mais apropriada para sediar a Família Real portuguesa.

Todavia, a despeito das transformações pautadas pelas reformas pombalinas e do próprio crescimento urbano que a cidade sofrera desde 1763, o Rio de Janeiro estava longe de ter as condições necessárias para se colocar em pé de igualdade com Lisboa. Ainda que a transferência fosse uma possibilidade imaginável desde 1803, as autoridades coloniais tiveram que correr contra o tempo a fim de garantir que a Corte portuguesa fosse recebida de forma adequada. À época, quem estava no comando da colônia era Marcos de Noronha e Brito, o Conde dos Arcos. Fazia pouco mais de um ano que ele havia assumido o posto máximo da América portuguesa, e neste curto intervalo, ele não teve tempo de realizar melhorias significativas no aparelho urbano do

³ Conforme pontuado, o período que compreende os anos de 1803 e 1807 foi marcado por inúmeros eventos e articulações dos políticos portugueses. Estadistas foram afastados e depois renomeados, acordos foram apalavrados e desfeitos e, por fim, ficou decidido que a melhor forma de manter a soberania da Coroa portuguesa seria transferindo-a para as terras além-mar. Para uma análise mais detalhada deste momento da história portuguesa, ver: ALEXANDRE, V. Op. Cit., p. 127-164.

Rio de Janeiro. Dessa forma, a cidade que recebeu o Príncipe Regente e seus súditos era praticamente a mesma deixada por Portugal e Castro, em 1806. Justamente por isso, o mesmo Conde dos Arcos teve que tomar medidas drásticas para criar condições mínimas para chegada da Corte. Uma delas, e talvez a mais controversa, foi a *lei das aposentadorias*, que desalojou diversos habitantes de suas casas, para que elas fossem ocupadas pelos integrantes da comitiva do Príncipe Regente. De certa forma, o próprio Vice-rei foi afetado por essa medida, tendo em vista que ele cedeu seu palácio para abrigar a Família Real.⁴

Os últimos momentos como Vice-rei teriam sido muito mais fáceis para o Conde dos Arcos se sua única preocupação fosse com o alojamento da Corte portuguesa. Entretanto, a não conclusão de boa parte das reformas ilustradas ainda emprestavam um aspecto de precariedade para o aparelho urbano do Rio de Janeiro. Tal condição foi registrada por muitos viajantes que passaram a visitar a cidade após a abertura dos portos e a transferência da Família Real. Membros da comitiva artística que acompanhou os Bragança, representantes comerciais, cientistas e estudiosos deixaram suas impressões sobre a cidade que precisava fazer as vezes de Corte. De forma geral, esses homens e mulheres, na sua maioria europeus, contrastavam a beleza natural da Baía de Guanabara com a cidade que se espremia entre os quatro morros que a ornavam e protegiam. Enquanto, em 1808, o comerciante inglês John Luccock ficou comovido com a agradável entrada do porto do Rio de Janeiro,⁵ no ano seguinte, o também inglês John Mawe afirmou que

em consequência de sua situação baixa, e da imundice das ruas, o Rio de Janeiro não pode ser considerado saudável. Fazem-se, atualmente, melhoramentos, que remediarão, em parte, esses males; mas outros motivos tendem a aumentar a insalubridade da atmosfera e a espalhar males contagiosos [...].⁶

Os brejos e pântanos que tanto trabalho haviam dado para os primeiros habitantes do Rio continuavam sendo obstáculos incômodos ao processo de urbanização e civilização da cidade. E, por mais que esse viajante tivesse outro padrão de uso do

⁴ CF. MARINS, Paulo César Garcez. **Através da Rótula. Sociedade e Arquitetura Urbana no Brasil, séculos XVII a XX.** São Paulo: HUMANITAS/FFLCH-USP, 2001. p. 158-159.

⁵ LUCCOCK John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil.** São Paulo: EDUSP, 1975. p. 22.

⁶ MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil: principalmente aos distritos de ouro diamantino.** Rio de Janeiro: Zeldo Valverdas, 1944. p. 106-107.

espaço urbano, a escolha dos termos *imundice* e *insalubridade* não parecia exagerada para descrever o Rio de Janeiro de 1808.



MAPA 1 - PLANTA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO EM 1808

(AGCRJ. Planta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro levantada em 1808, Sessão de Mapas)

Ainda que não tenha registrado a sujeira vista por John Mawe, a planta produzida em 1808 aponta que, mesmo seguindo o modelo lusitano, o Rio de Janeiro era uma cidade com significativo perímetro rural. Na época em que a planta foi confeccionada, a

nova sede da Corte portuguesa possuía apenas cinco freguesias urbanas, que representavam pouco mais do que 10% da área total da cidade.⁷ Se observada com atenção, a planta de 1808 reforça esse aspecto do Rio. O mundo urbano propriamente dito ficava circunscrito entre o mar e o Campo de Santana, com alguns focos urbanos na região que viria a compor a Lapa e a Glória. A cidade contava com apenas sessenta vias principais, onde se concentravam a população mais abastada, as principais casas comerciais e Igrejas e órgãos governativos.

De acordo com o recenseamento feito a mando do Conde de Resende, em 1799, a população do perímetro urbano do Rio de Janeiro contava com 43.736 habitantes, dos quais pouco mais de 34% eram escravos.⁸ Este quadro só seria alterado em 1808, graças à transferência da Corte que, em tese, foi acompanhada de mais de 15 mil reinóis.⁹ Sendo assim, quando a Família Real aportou no Rio, não encontrou apenas uma cidade pequena, mas pouco populosa, inclusive para os parâmetros do Novo Mundo.

Como a distância entre a cidade real e a cidade desejada era grande, inúmeros esforços foram realizados a fim de transformar o Rio de Janeiro na nova Corte lusitana, ou como bem colocado por Kirsten Schultz, numa *Versalhes Tropical*.¹⁰ Grosso modo, as ações tomadas pelas autoridades governativas podem ser classificadas em duas frentes. A primeira delas dizia respeito com a necessidade em organizar um aparelho administrativo compatível à nova condição do Rio de Janeiro. A outra frente, em muito consequência da primeira, tratava das obras de melhoria urbanas propriamente ditas e do crescimento da cidade.

Para o bom andamento dos planos dos políticos portugueses, era imperioso, do ponto de vista administrativo, que o Rio de Janeiro se transformasse em uma “nova Lisboa”. Por isso, a chegada da Família Real foi acompanhada pela duplicação dos principais órgãos administrativos da Corte lusitana, fazendo com que o Rio de Janeiro

⁷ ABREU, A. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: INPLARIO, 1997. p. 38.

⁸ CAVALCANTI, Nireu. **Rio de Janeiro Setecentista. A vida e a construção da cidade da Invasão Francesa até a chegada da Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p. 256.

⁹ Embora diversos trabalhos apontem que a comitiva que acompanhou a Família Real em 1808 era composta por mais de 15 mil almas, no estudo que fez sobre a história do Rio de Janeiro, Nireu Cavalcanti questionou tal cifra. Cf.: CAVALCANTI, N. Op. Cit., p. 96-97.

¹⁰ Em um dos livros mais importantes sobre a transferência da Família Real portuguesa para o Rio de Janeiro e a consequente transformação da cidade em Corte lusitana, Kirsten Schultz utilizou a expressão *Versalhes Tropical* (que intitula o trabalho referido) para designar o novo sentido e significado que o Rio de Janeiro passou a exercer no Império português a partir de 1808. Cf. SCHULTZ, Kirsten. **Versalhes Tropical. Império, Monarquia e a Corte Real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

alocasse o Conselho Supremo Militar e da Justiça, os Tribunais da Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens, a Chancelaria-Mor do Estado do Brasil, os Tribunais Superior da Magistratura da América Portuguesa e o Erário Régio. Um forte exemplo de que a condição administrativa do Rio tinha, de fato, mudado, foi a instauração da Imprensa Régia e da Real Fábrica de Pólvoras, órgãos até então impensáveis em uma cidade colonial lusitana. O processo de duplicação das principais instituições existentes em Lisboa fez com que o Rio de Janeiro sediasse a Academia Militar, o Horto Botânico, o Museu e a Biblioteca Real. A educação e o conhecimento artístico e científico também deveriam ter espaço salvaguardado na nova Corte, que recebeu cursos médicos e a Escola Real de Ciências, Artes e Ofício.

Em que pese a importância das instituições apontadas, nenhuma delas foi tão crucial no processo de melhoria urbana do Rio de Janeiro como a Intendência Geral de Polícia da Corte. À semelhança da existente em Lisboa desde 1760, a Intendência de Polícia constituiu-se como uma espécie de elo entre as diferentes instâncias administrativas da cidade.¹¹ A limpeza, saúde e segurança do Rio eram as principais atribuições da Intendência, e, como se verá adiante, a escravidão se fez presente nas três frentes de atuação do órgão.¹²

Parte expressiva do bom funcionamento da Intendência deveu-se à atuação de Paulo Fernandes Viana, que ficou à frente da instituição durante praticamente todo o período joanino. Tendo herdado algumas das incumbências que antes ficavam a cargo do Vice-rei e da Câmara do Senado, Paulo Fernandes Viana fez da *vigilância* uma palavra de ordem, tanto no que dizia respeito à administração interna, quanto à segurança dos habitantes do Rio. E para dar conta de um amplo leque de assuntos, além do trânsito fácil e frequente entre as demais instituições governativas da cidade (que, em muitos casos, estavam subordinadas a ele), Fernandes Viana realizava encontros semanais com o Príncipe Regente, ocasiões em que deixava o futuro monarca a par das questões relativas ao governo do Rio.¹³

¹¹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A Intendência-Geral da Polícia: 1808-1821. In: **Acervo**. Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 137-151, jul - dez. 1986. p. 188.

¹² HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro. Repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 46.

¹³ Cf.: GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. As bases institucionais da construção da unidade dos poderes no Rio de Janeiro Joanino: administração e governabilidade no Império Luso-Brasileiro. In: JANCSÓ, I. (org). **Independência: História e historiografia**. São Paulo, HUCITEC/FAPESP, 2005, p.723.

No entanto, o bom desempenho de Fernandes Viana como Intendente de Polícia não fora decorrência apenas dos predicados do Intendente, mas também daquilo que a sua escolha para ocupar tal cargo representava. Ao contrário do que ocorrera com boa parte dos Vice-reis que governaram a América portuguesa, quando Fernandes Viana assumiu a Intendência de Polícia da Corte, seu principal cartão de visitas era o parentesco com Brás Carneiro Leão, um dos maiores negociantes do Rio. A opção que o Príncipe Regente fez no início de 1808, já anunciava o processo que Maria Odila Leite chamou de *interiorização da metrópole*. Segundo a autora, a transferência da Corte lusa trouxe não só novos capitais, com a abertura dos portos para as nações aliadas e a migração de significativo número de comerciantes portugueses e europeus, como o enraizamento do Estado português associado aos interesses das camadas dirigentes da região centro-sul do Brasil. Tomando como base a antiga prática da participação de burocratas nascidos no Brasil na administração pública portuguesa, Dom Rodrigo de Souza Coutinho e o Conde da Bragança foram tão eficientes em transformar o Rio em uma Lisboa miniaturizada que, para muitas capitanias, foi praticamente a mesma coisa tratar com os dois centros de poder.¹⁴ Tal processo resultou na centralidade política da cidade do Rio de Janeiro que, como se verá mais adiante, acabou exercendo papéis contraditórios: ao mesmo tempo em que era a cabeça da Monarquia, a cidade também se tornou um importante foco da negação do Império luso.¹⁵ Contudo, neste meio tempo, sobretudo entre os anos de 1808 e 1815, Paulo Fernandes Viana comprovou que D. João não havia se enganado ao elegê-lo para ocupar um dos mais importantes cargos administrativos da Corte.

Uma das primeiras medidas tomadas por Paulo Fernandes – e, que antecedia ao funcionamento da Intendência, pois seria uma das mais importantes fontes de recurso da instituição -, foi a criação da Décima Urbana em junho de 1808. Tal imposto pode ser tomado como um caso exemplar da forma de governar adotada por Fernandes Viana. Ao mesmo tempo em que o tributo – cobrado sobre todas as edificações da cidade – geraria uma importante fonte de renda para a Intendência, ele obrigaria que a instituição

Andréa. Vida Política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1850). São Paulo: HUCITEC, 2006, pp. 51-77.

¹⁴ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A Interiorização da Metrópole. In: **A Interiorização da metrópole e outros estudos.** São Paulo: Alameda, 2005. p. 32-33.

¹⁵ Cf. MATTOS, Ilmar R. Construtores e Herdeiros. A trama dos interesses na construção da unidade política. In: www.almanack.br

realizasse um inventário mais detalhado dos edifícios do Rio, além de uma definição mais precisa do perímetro urbano da nova Corte.¹⁶ A partir de então, outras ações foram feitas para tornar o Rio de Janeiro uma cidade digna da Família Real. As residências já existentes precisavam se adequar ao padrão civilizado da vida em Corte e, por isso, em junho de 1809, a Intendência Geral de Polícia decretou a retirada de todas as gelosias e rótulas das casas coloniais.¹⁷ As casas que seriam construídas a partir de então também deveriam seguir os padrões arquitetônicos definidos pela Intendência que, grosso modo, proibia a edificação de casas térreas na região nova da cidade.¹⁸

Parte da renda gerada com as Décimas Urbanas foi aplicada em melhorias do Rio, tais como iluminação pública, calçamentos de ruas e rondas noturnas. Junto com o dinheiro arrecadado por meio de outros tributos, Fernandes Viana conseguiu realizar obras de infraestrutura do aparelho urbano do Rio, que deviam andar *pari passu* com os valores civilizatórios que acompanharam D. João e sua comitiva no processo de transferência da Corte. A versão tropical da “Versalhes portuguesa” era muito mais quente e úmida do que a Família Real parecia suportar. A fim de preservar os *humores* da realeza, as autoridades iniciaram, em 1811, a construção do Palácio Real na Quinta da Boa Vista, localizada num dos morros da freguesia do Engenho Velho. A escolha fora feita não só para manter D. João e sua família distantes do mar e da agitação do Largo do Paço, mas também para que se sentissem mais próximos ao clima lisboeta.

Além de tornar a vida dos Braganças mais agradável, tais obras também iniciaram a ocupação efetiva da distante região de São Cristóvão que, após o aterro do mangue de São Diogo, começou a atrair pessoas desejosas em avizinhar-se da Família Real.¹⁹ A busca de um clima mais ameno também levou outras famílias endinheiradas da cidade a ocuparem a região de Botafogo, que ainda não fazia parte das freguesias urbanas da cidade. Embora esse movimento tenha sido levado a cabo por particulares, que passaram a construir seus casarões nessa que também era uma distante freguesia da

¹⁶ Sobre a implementação da Décima Urbana ver: CAVALCANTI. N. Op. Cit., p. 259-264.

¹⁷ De acordo com Paulo Garcez, o objetivo principal desta medida era deixar tangível os limites entre os espaços privados (casas) e públicos (ruas e vias), delimitação esta que, até então, era constantemente dificultada pela grande quantidade de janelas que invadiam as ruas do Rio. Cf.: MARINS, P. C. G. Op. Cit., p. 164-165.

¹⁸ Cf.: SANTOS, Ynaê Lopes. **Além da Senzala. Arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro, 1808-1850.** São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2010. p. 74-76. CAVALCANTI. N. Op. Cit., p. 262.

¹⁹ Cf.: PEREIRA, Sonia Gomes. **A Reforma Urbana de Pereira Passos e a Construção da Identidade Carioca.** Tese de Doutorado apresentada na Escola de Comunicação da UFRJ, Rio de Janeiro, 1998. p. 83-84.

cidade, a ocupação de Botafogo foi uma consequência direta da *Lei de aposentadorias*, que retirou parte das famílias mais abastadas das freguesias centrais do Rio.

Outra obra que se desdobrou na expansão do perímetro urbano do Rio foi a ocupação do Campo de Santana.²⁰ Ainda em 1811, o Campo passou a abrigar o Quartel Militar, que comportava o Palacete do Campo (construído em 1813), o Jardim do Palacete e a Arena Militar, projetada para a realização de danças, jogos e até mesmo cavalhadas.²¹ Os espaços até então reservados para as atividades militares (o Largo do Carmo e o Largo do Paço) não eram mais suficientes, tendo em vista a importância que o Rio de Janeiro passou a ter a partir de 1808. Sendo assim, era fundamental criar um local adequado para as práticas militares e festividades de uma cidade-Corte. Alguns anos mais tarde, o Campo de Santana abrigou a nova sede do Senado da Câmara, reforçando o interesse das autoridades em transformar este em mais um *locus* de poder na cidade que crescia.



FIGURA 1 - O CAMPO DE SANTANA NO RIO DE JANEIRO

(FRÜHBECK, Franz J. *Aspectos do Campo de Santana no Rio de Janeiro*, 1818. In: SMITH, R.

FERREZ, G. *Franz Frühbeck's Brazilian journey: a study of some paintings and drawings made*

in the years 1817 and 1818 and now in the possession of the Hispanic Society of America. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1960). A litogravura feita pelo austríaco Franz Frühbeck durante sua estada no Rio de Janeiro entre os anos de 1817 e 1818, permite observar

²⁰ No ano de 1814, foi criada a freguesia de Santana, demonstrando como a ocupação das adjacências do Campo de mesmo nome estava atrelada ao crescimento urbano do Rio de Janeiro. Cf.: NORONHA SANTOS, F. *As freguesias do Rio antigo*. Rio de Janeiro: Ed. O Cruzeiro, 1965.

²¹ PEREIRA, Sonia G. *A Reforma Urbana de Pereira passos e a Construção da Identidade Carioca*. Tese de Doutorado apresentada na Escola de Comunicação da UFRJ, Rio de Janeiro, 1998. p. 81-82.

as transformações que foram feitas na região do Campo de Santana após a transferência da Corte em 1808. Além da arena que compunha parte do complexo militar construído a partir de 1811, também é possível notar que as imediações do Campo de Santana já estavam ocupadas por um número significativo de casas residenciais, apontando assim o crescimento do perímetro urbano do Rio de Janeiro.

Mantendo uma prática já arraigada no *tempo dos Vice-reis*, grande parte das obras que iniciaram o processo de conformação do Rio de Janeiro como Corte foi feita por escravos. Tal constatação é fundamental para compreender que a transferência da Corte para os trópicos teve que dialogar, a todo instante, com o passado colonial escravista, o que significa dizer, com a escravidão. Durante a viagem que fez pela América portuguesa depois da transferência da Família Real, o inglês John Mawe ficou impressionado com o peso que a escravidão exercia no mundo do trabalho. Ao visitar um Alambique e indagar como ocorria o processo de destilação, o inglês ficou surpreso quando o proprietário “*confessou-me sua ignorância e chamou um dos negros [escravo] para me informar*”.²² Para o horror de Mawe, aquela não era uma situação isolada. A correlação direta entre trabalho e escravidão, que fazia do Brasil um local “*avesso ao progresso*”, se repetiu quando o mesmo viajante interrogou “*um construtor, um fabricante de açúcar e sabão, ou mesmo um mineiro quais as razões para orientar seus interesses [ao que eles] indicavam-me, invariavelmente, um negro, a fim de responder às minhas perguntas*”.²³ Nem mesmo o peso de sediar a maior instância de poder do Império lusitano alterou a relação que tanto espantou o comerciante inglês. Sendo assim, boa parte das obras que ficaram a cargo da Intendência Geral de Polícia, tais como o aterro de brejos e mangues, o calçamento de vias, a iluminação pública e a construção de estradas, foram feitas por escravos.

²² MAWE, J. Op. Cit., p.140.

²³ Idem.



FIGURA 2 - CALÇAMENTO DE RUA FEITO POR ESCRAVOS

(DEBRET, Jean Baptiste. *Negros Calceteiros*. Aquarela sobre papel, 1824 Museu Castro Maya). Nesta aquarela, o viajante francês Debret – que compôs a comitiva artística que acompanhou a Família Real para o Brasil – registrou o emprego de escravos nas obras públicas. Ainda que essa prática fosse difundida, a necessidade em transformar o Rio na nova sede do poder português aumentou o número de escravos que trabalhavam para o poder público da cidade.

Apesar da tentativa em recuperar a Lisboa abandonada (em nome da soberania lusitana), houve um aspecto no processo de constituição do Rio de Janeiro como Corte que denunciava uma instância definidora da vida nos trópicos: a forte presença da mão de obra escrava. De certa forma, seria plausível conjecturar que um feito tão importante como a transferência da Corte para a América portuguesa trouxesse mudanças na instituição escravista colonial. Em primeiro lugar, porque desde 1773, o Marquês de Pombal havia abolido a escravidão no Velho Continente, por julgá-la incompatível com os ideais ilustrados que pautavam a vida em Corte. Junto a isso, dois eventos pareciam pontuar que a escravidão era uma instituição que precisava ser repensada no Mundo Atlântico. O primeiro, já mencionado, foi a rebelião vitoriosa dos escravos de Saint-

Domingue, em 1791, que além de atemorizar proprietários de todo o continente, se desdobrou na constituição da segunda república americana, o Haiti (1804). O segundo foi a abolição do tráfico transatlântico de africanos escravizados em 1807, pelo Parlamento britânico.

Em que pese o provável desejo dos escravos (muitos dos quais reconheciam na figura do Príncipe Regente e de Dona Maria o poder e a piedade necessários para atenuar a escravidão), e o empenho dos abolicionistas britânicos que começavam a ganhar espaço no contexto atlântico, o fim da escravidão não estava nos planos das autoridades portuguesas. Uma vez mais, o inglês John Mawe, atento às relações comerciais da nova Corte, afirmou que “da costa Oriental africana, o Rio de Janeiro importa cera, óleo enxofre e algumas madeiras. O tráfico dos negros restringiu-se ao reino de Angola, por decreto do Príncipe Regente, que proclamou seu intento de abolilo por completo, o mais depressa possível.”²⁴

Como se sabe, D. João não viveu tempo suficiente para ver o fim da escravidão na sua futura ex-colônia. E sem dúvida alguma, ele foi um dos principais responsáveis não só pela manutenção, mas pelo incremento da escravidão no Rio de Janeiro (e no restante da América portuguesa).

Ao contrário da promessa feita pelo Príncipe Regente, a relevância econômica que o Rio de Janeiro passou a exercer a partir da abertura dos portos e da transferência da Família Real resignificaram a importância e a dinâmica da escravidão na cidade. Os dez anos em que esteve na América portuguesa e a experiência comercial adquirida permitiram que John Luccock pontuasse que

O número exato das várias espécies de profissões mecânicas não se pode averiguar sem dificuldade, e, talvez que o esforço necessário para tanto não fosse compensado por um resultado satisfatório. Dissemos que entre carpinteiros, pedreiros e gente empregada em construções, havia cerca de setecentos; os barbeiros também eram muito numerosos; os cauteleiros poucos, e menos ainda ferreiros. Esta última casta de artesão era principalmente empregada em tarefas relacionadas com a náutica; como os cavalos nunca usavam ferraduras, exceto nalguma extraordinária parada, os ferreiros que as fizessem seriam pouco procurados. Toda a casa que se presa era provida de escravos aos quais haviam ensinado algumas ou mais artes comuns da vida e que não somente trabalhavam nessas especialidades para a família que pertenciam, como eram também alugados pelos seus senhores a pessoas não tão bem providas quanto eles. Não conseguiam ganhar muito; em 1808 considerava-se um operário bem pago, com meia pacata, menos

²⁴ MAWE, J. Op. Cit., p.108.

que um xelim, por dia. Mas o afluxo de estrangeiros e a multiplicação de necessidades, dentro em pouco, elevaram o valor do trabalho, em grau extravagante. Deu isso motivo a que surgisse nova classe social, composta pelas pessoas que compravam escravos para o fim especial de instruí-los nalguma arte útil ou ofício, vendendo-os em seguida, por preço elevado, ou alugando seus talentos e trabalhos.²⁵

A precisão com a qual Luccock identificou o redimensionamento que a transferência da Corte empregou no uso da mão-de-obra escrava urbana pode ser atestada pelo cruzamento de outras informações. A tabela abaixo apresenta os números relativos à importação de africanos escravizados para a América portuguesa e para a cidade do Rio entre os anos de 1791 e 1815.

TABELA 1 - ESTIMATIVAS DE AFRICANOS ESCRAVIZADOS DESEMBARCADOS NO PORTO DO RIO DE JANEIRO E NA TOTALIDADE DA AMÉRICA PORTUGUESA

Ano	Desembarques porto Rio de Janeiro	Total de desembarques América Portuguesa	% Desembarques porto do Rio de Janeiro / Total América Portuguesa
1808	9602	25632	37%
1809	13171	32930	40%
1810	18677	53610	35%
1811	22520	42067	54%
1812	18270	46430	39%
1813	17280	41952	41%
1814	15300	43083	36%
1815	13300	40436	33%
Total	128120	326134	39,3%

Fonte: <http://www.slavevoyages.org> e FLORENTINO, M. Op. Cit., 1997, p. 51.

Por meio da análise correlata dos dados obtidos no *Slave Trade Database* e dos números levantados por Manolo Florentino, é possível observar que, entre 1808 e 1815, o mercado do Valongo foi, em média, responsável pela entrada de aproximadamente 40% dos africanos escravizados desembarcados nos portos da América portuguesa. As variações dessa porcentagem estiveram, em grande parte, relacionadas com as demandas criadas pelas transformações do Mundo Atlântico. Exemplo disso pode ser

²⁵ LUCCOCK, J. Op. Cit., p. 72 (grifo meu).

verificado em 1808. Por meio de outros dados disponibilizados pelo *Slave Trade Database*, no ano da transferência da família Real, praticamente 12 mil africanos escravizados desembarcaram na região sudeste da colônia,²⁶ dos quais quase dez mil no porto do Rio de Janeiro (ver tabela 1). Neste ano, o computo geral dos portos do sudeste era praticamente o mesmo que a somatória dos desembarques feitos nas demais regiões da América portuguesa. Interessante notar que este foi o primeiro ano, desde a rebelião dos escravos de Saint-Domingue, que a importação de africanos escravizados para a capitania da Bahia não fazia frente aos números referentes à região sudeste.²⁷ Ao que tudo indica, a transferência da Corte portuguesa reforçou a escravidão na região sudeste da colônia no mesmo período em que o surto açucareiro que reacquecera a economia do recôncavo baiano começava a sentir a pressão da competitividade gerada pela produção cubana, que ganhava o mercado mundial.

Por mais que tenha se firmado como o maior porto do tráfico transatlântico da América portuguesa, com exceção de dois ou três anos, o percentual de africanos escravizados que desembarcavam no Rio girou em torno dos 40%. Todavia, dois aspectos começaram a mudar a partir de 1808. O primeiro deles pode ser atestado por meio do exame da tabela 1: a partir de 1808, o volume do tráfico tornou-se cada vez maior. As razões deste aumento deviam-se às transformações causadas pela Era das Revoluções (Revoluções do Haiti e de França, o abolicionismo inglês e o processo de independência das Américas), mas também às mudanças sofridas, interna e externamente, pelas sociedades africanas envolvidas no tráfico.²⁸ O segundo aspecto, que também

²⁶ De acordo com *Slave Trade Database*, no ano de 1808, 11.971 africanos escravizados desembarcaram na região sudeste da América portuguesa. Cf.:

<http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>

²⁷ Os dados obtidos no *Slave Trade Database* apontam que, entre os anos de 1791 e 1808, os números referentes às importações de africanos desembarcados na Baía eram relativamente próximos ao total de desembarques feitos na região sudeste da América portuguesa. A partir de 1808, este quadro mudou de forma significativa. Entre 1804 e 1807, uma média de 10.500 africanos escravizados aportou na Bahia, quantia levemente inferior do que a observada na região Sudeste. Após a transferência da Corte portuguesa, o que se observa é que a quantidade de africanos escravizados que chegaram a Salvador era praticamente a metade dos que desembarcavam no Rio de Janeiro (e outros portos da região sul da colônia). Cf.: <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>

²⁸ A passagem do século XVIII para o século XIX também trouxe mudanças para muitas sociedades africanas envolvidas no tráfico. Em que pese os desdobramentos da abolição do tráfico ao norte da linha do Equador decretado pela Grã-Bretanha em 1807, conflitos travados dentro do continente africano acabaram exercendo forte influência na demanda de escravos para o Novo Mundo. Dois trabalhos que analisaram o tráfico transatlântico no Brasil, e que abordaram como alternâncias de algumas dinâmicas e estruturas de poder em sociedades africanas reverberaram na comercialização de cativos para o Rio de Janeiro são: FLORENTINO, M. **Em Costas Negras. Uma história do tráfico de escravos entre a África e Rio de Janeiro**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997. p 70-139. RODRIGUES, J. **De Costa a Costa**

estava em franco diálogo à nova dinâmica do Mundo Atlântico, dizia respeito ao destino dado para os escravos que desembarcavam no Valongo. Se o século XVIII vira florescer uma oligarquia fluminense forjada na comercialização de africanos escravizados para as zonas agrícolas e mineradoras da região sudeste da colônia,²⁹ a transferência da Família Real, a abertura dos portos em 1808 e as transformações urbanísticas do Rio haviam permitido não só o fortalecimento político e econômico destas elites, mas também aumento da propriedade escrava, o que por sua vez atraiu uma nova “classe de proprietários”, desejosa em fazer valer as vantagens de viver na capital.

Estudos que analisaram inventários *post mortem* e estrutura de posses no Rio de Janeiro demonstram que, por mais que os homens de *grossa ventura* tenham sido muito beneficiados com a maior oferta de africanos escravizados,³⁰ um número cada vez maior de homens e mulheres de “pouca monta” encontravam seu sustento na aquisição de um ou dois escravos que iriam incorporar a massa cativa do Rio de Janeiro. Logo se vê que as vantagens na compra de escravos para o trabalho em oficinas e casas de comércio identificadas por Carlos Lima para os anos de 1790 a 1808³¹ ficaram ainda maiores depois da dinamização dos serviços urbanos gerados pela transferência da Corte. Os jornais que começavam a circular pelo Rio de Janeiro não só traziam as notícias sobre a cidade que se transformava, mas também serviam como importante veículo para a compra e aluguel de escravos urbanos.

Mary Karasch, Luis Carlos Soares e Marilene Nogueira deram exemplos exaustivos do incremento do emprego de escravos no Rio de Janeiro a partir de 1808.³² Esses mesmos autores, baseados no exame de anúncios de jornal, relatos de viajantes e na análise de inventários *post mortem*, demonstraram ainda que os usos do cativo cidadão dependiam não só da demanda de trabalho do Rio, mas também da posição socioeconômica de seu proprietário. Grosso modo, aqueles que pertenciam a senhores com poucos recursos eram obrigados a cumprir jornada dupla ou tripla, pois precisavam

- escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860). São Paulo: Cia das Letras, 2005. p. 45-127.

²⁹ Cf. FRAGOSO, J. **Homens de Grossa Aventura. Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

³⁰ FLORENTINO, M. Op. Cit., 1997. p. 215-216.

³¹ LIMA, Carlos A. **Artífices do Rio de Janeiro (1790-1818)**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

³² KARASCH, M. **A vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850)**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000, pp. 259-291. SILVA, Marilene Nogueira. Op. Cit., SOARES, Luis Carlos. **O “povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX**. Rio de Janeiro: 7 LETRAS/FAPERJ, 2007. p. 107-191.

dar conta dos afazeres domésticos para, somente depois disso, iniciarem seu segundo turno de trabalho, geralmente pondo-se a ganhar ou então vendendo a mais variada sorte de produtos pelas vias da cidade. Essa rotina laboriosa era mais perceptível no caso das mulheres escravas, que, além de arrumadeiras, cozinheiras, copeiras, também saíam às ruas para vender quitutes e limonadas, lavar roupa pra fora e, em alguns casos, prostituir-se.³³

Já no caso dos proprietários que usufruíam uma melhor condição social, o que se observa é a dupla especialização do trabalho escravo. Além dos seus cativos executarem tarefas distintas, o que geralmente levava à separação dos cativos domésticos daqueles que trabalhavam na cidade, é possível perceber que muitos senhores buscavam treinar ou profissionalizar seus escravos de ganho, com o intuito de, mais pra frente, reaverem com juros o investimento feito. Sendo assim, as residências e espaços públicos do Rio de Janeiro estavam apinhados de escravos que executavam as mais variadas atividades. Carga e descarga na região portuária, transporte de mercadorias, venda de alimentos e produtos, limpeza e calçamento das ruas, lavagem de roupa eram exemplos do variado rol de serviços urbanos que ficavam a cargo dos escravos, que muitas vezes também podiam ser encontrados nas padarias, boticas, oficinas de marcenaria e demais espaços comerciais da cidade.

³³ Um interessante trabalho que abordou a lógica de trabalho de mulheres negras (escravas e libertas) no Rio de Janeiro durante os últimos anos de vigência da escravidão foi feito por Sandra Graham: GRAHAM, Sandra L. **Proteção e Obediência. Criada e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992. Ainda que o trabalho escravo não fosse seu objeto de estudo, essa foi uma questão tangenciada por Camillia Cowling na sua análise sobre as ferramentas que “mulheres de cor” encontraram para lutar pela liberdade em Havana e no Rio de Janeiro entre os anos de 1870 e 1888. Cf. COWLING, Camillia. **Matrices of Opportunity: Women of Colour, Gender and the Ending of Slavery in Rio de Janeiro and Havana, 1870-1888**. Tese de Doutorado em História defendida na Universidade de Nottingham, Nottingham, 2006.



FIGURA 3 - ESCRAVOS TRABALHANDO NA REGIÃO PORTUÁRIA DO RIO

(DEBRET, J. B. *Refreshment in the Largo do Paço, depois do Jantar*. In: DEBRET, J. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Vol. 2, prancha 9). Nesta litogravura, Debret registrou parte da diversidade de trabalhos que eram executados por escravos no Rio de Janeiro. Na imagem, que retrata o Largo do Paço, uma das regiões maior importância econômica e política da cidade, é possível observar escravos carregando mercadorias ao fundo, bem como cativas vendendo refrescos para homens que, aparentemente, também trabalhavam na região.

A grande diversidade das atividades executadas pelos escravos urbanos no Rio de Janeiro foi, em parte, registrada pelas dezenas de viajantes estrangeiros que visitaram a cidade após a transferência da Corte. Por meio de relatos ou dos registros iconográficos deixados por esses homens e mulheres, que geralmente estranhavam a dinâmica escravista, é possível apreender parte do cotidiano de uma cidade que dependia, cada dia mais, do trabalho escravo para funcionar.³⁴ Muitos desses homens

³⁴ Parte da estranheza que a dinâmica escravista e o legado africano causaram aos viajantes que visitaram o Rio de Janeiro recebeu fina análise no recente trabalho de SELA. Eneida Maria. **M. Modos de ser, modos de ver. Viajantes europeus e escravos africanos do Rio de Janeiro (1808-1850)**. Campinas: Editora UNICAMP, 2008. Importante salientar que, dentre os viajantes utilizados pela historiografia que examinaram a escravidão no Rio de Janeiro após sua elevação à Corte do Império Português, Jean B. Debret teve especial destaque devido ao longo tempo em que ficou na cidade, bem como às dezenas de registros feitos sobre o cotidiano escravista no Rio de Janeiro. Dois interessantes trabalhos que baseiam a análise da história do Rio na obra de Debret são: LIMA, Valéria A.E. **Debret, historiador e pintor: a viagem pitoresca e histórica ao Brasil (1816-1839)**. Campinas: Editora UNICAMP, 2007. STRAUMANN. P. (org.) **Rio de Janeiro cidade mestiça. Nascimento da imagem de uma nação**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

ficaram impressionados com a quantidade e a diversidade de negros que trabalhavam no Rio, fazendo com que a nova sede portuguesa se assemelhasse à África.³⁵ E, por mais importante que a mão-de-obra escrava fosse para o funcionamento da cidade, ela também deveria adequar-se ao novo *status* que o Rio de Janeiro ganhou. A única opção que as autoridades lusitanas tinham era a mesma para o restante da cidade: civilizá-los.

Entre pompas, circunstâncias e muitos escravos.

As ações da Intendência não se detiveram apenas no controle e ordenamento do espaço urbano do Rio de Janeiro. Para se tornar uma Corte, de fato e de direito, era preciso que a população da cidade também seguisse uma série de normas e preceitos tidos como civilizados.³⁶ A fim de administrar o comportamento de todos os súditos do Príncipe Regente, Paulo Fernandes Viana iniciou uma “campanha civilizatória” que contava com a importante ajuda dos *juízes de crime* para a correção das atitudes ditas como inaceitáveis.³⁷ Diversos foram os comportamentos tidos por inadmissíveis na nova Corte. Em abril de 1808, por exemplo, a Intendência proibia o despejo de lixo, entulho e água suja nas ruas da cidade,³⁸ prática que parecia costumeira dentre os habitantes do Rio. Poucos dias depois, num outro Edital, Paulo Fernandes determinava que

as vendas, botequins, e casa de jogos, não estejam toda a noite abertas para se evitarem ajuntamentos de ociosos, mesmo de escravos que faltando ao serviço de seus senhores se corrompem uns e outros, dão ocasião a delitos que se devem prevenir, e se faz em mais cidadãos fica da data deste proibida pela Intendência Geral de Polícia a culposa licença com que até agora estas casas se têm conservado abertas, e manda-se que logo as dez horas se fechem e seus donos, e caixeiros expulsem os que nele estiverem debaixo de pena de paragem da cadeia dos donos, caixeiros e quaisquer pessoas que nelas forem achadas da indicada hora em diante.³⁹

³⁵ Ao caminhar pela região portuária do Rio de Janeiro no início do século XIX, John Luccock chegou a afirmar que a cidade mais parecia o coração da África. Cf. LUCCOCK, J. Op. Cit., p. 74.

³⁶ ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador. Uma História dos Costumes.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990 (capítulo introdutório).

³⁷ Por meio do Edital de 27 de junho de 1808, D. João criou o cargo de “juiz do crime”. Subordinados ao Intendente, cada um dos dois juízes de crime da cidade tinha que cuidar ao policiamento e do julgamento dos crimes cometidos em seu distrito. Cf.: HOLLOWAY, T. Op. Cit., p. 46.

³⁸ A.N. Códice 318. Polícia da Corte – cidades, ordem pública. Edital de 20 de abril de 1808, fl. 3.

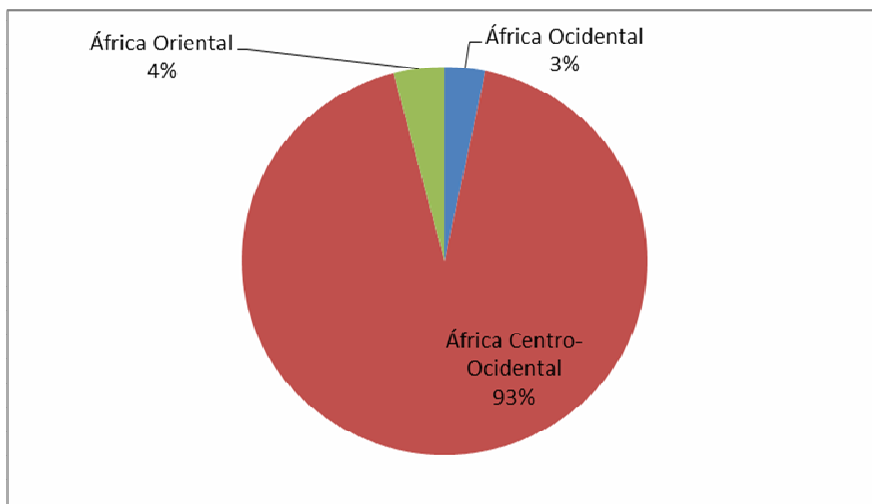
³⁹ A.N. Códice 318. Polícia da Corte – cidades, ordem pública. Edital de 7 de maio de 1818, fl. 11.

Se, no entender de Fernandes Vianna, os súditos de bem do Rio - muitos dos quais educados nos padrões europeus - precisavam ser educados de acordo com os novos padrões de etiqueta da Europa, o que dizer dos escravos?

É bem verdade que o argumento civilizador já era conhecido e aplicado pelos luso-portugueses no que dizia respeito aos africanos escravizados. A própria condição escrava aplicada aos africanos já era, por si só, entendida como uma ferramenta fundamental na luta contra a barbárie que assolava o “continente negro” e um dos mais fortes argumentos a favor do tráfico transatlântico. Mas, como parte integrante da cidade colonial que fora elevada ao *status* de Corte imperial, a escravidão do Rio de Janeiro também precisava adequar-se aos novos padrões comportamentais. Mesmo porque grande parte das obras que efetivariam a transformação do Rio no maior centro de poder do Império luso seria realizada por cativos.

Curiosamente, as exigências da *Versalhes Tropical* acabaram gerando uma demanda ainda maior por escravos, que foi rapidamente suprida pelo tráfico transatlântico (ver tabela 1). O que se observa a partir de 1808 é que, graças à transferência da Corte, um número maior de africanos escravizados passou a ser comprado por proprietários urbanos. Conforme visto, a abertura dos portos e o incremento das atividades comerciais do Rio de Janeiro criaram inúmeras situações nas quais o emprego de cativos se transformou num bom negócio, atraindo, assim, pequenos e médios proprietários. Num jogo dialético, a transferência da Corte portuguesa aumentou a demanda e a oferta de cativos, alterando o peso da escravidão no Rio de Janeiro e, nesse jogo de contrários, quanto mais próxima ao padrão europeu de civilização a cidade ficava maior e mais diversificada era sua população africana.

GRÁFICO 1 - GRANDES-ÁREAS DE PROCEDÊNCIA DOS AFRICANOS ESCRAVIZADOS NO RIO DE JANEIRO ENTRE 1795 E 1811



Fonte: FLORENTINO, M. Op. Cit., 1997, p. 234.

Os estudiosos que trabalharam com o tráfico transatlântico para o Rio de Janeiro apontam que as relações estabelecidas entre as elites fluminenses e as diferentes sociedades africanas envolvidas no comércio desde meados do século XVII ainda surtiram efeito na composição étnica do segmento escravo do Rio, composta, majoritariamente, de africanos oriundos da costa centro-ocidental do continente. A proibição do tráfico ao norte da linha do Equador, em 1807, acabou reforçando ainda mais este padrão, embora o número de navios negreiros provenientes da África Oriental tivesse sofrido um significativo aumento entre os anos de 1811 e 1830.⁴⁰

⁴⁰ De acordo com Manolo Florentino, entre 1811 e 1830, 235 navios saíram dos portos da África Oriental para o Rio de Janeiro, quantia significativamente maior do que as 15 embarcações contabilizadas no intervalo de 1795 e 1811. Já a saída de navios da Costa Ocidental sofreu uma queda percentual: se entre 1795 e 1811 cerca de 3% dos navios que transportavam africanos escravizados saíam dessa grande-região, a partir de 1811, o percentual diminuiu para 1,5%. Cf. FLORENTINO, Op. Cit., p. 234.



MAPA 2 - GRANDES-ÁREAS DE PROCEDÊNCIA DOS AFRICANOS ESCRAVIZADOS NO RIO DE JANEIRO (1790-1815)

(CAREY, M. *Africa according to the Best Authorities*, 1811) Neste mapa, que representa a África Ocidental, é possível observar duas importantes áreas de procedência dos africanos escravizados que trabalharam no Rio de Janeiro entre 1790 e 1815. No destaque em preto estão os portos de embarque da África Ocidental, cujos portos Elmina (1) e Calabar (2) eram responsáveis pelo embarque de grande parte dos escravos que, no Brasil, ficaram conhecidos como *Minas*, *Iorubas*, *Ibos*, *Fulani*, *Hauçá*. Em azul, está destacada a região da África Centro Ocidental, que na época, era a principal provedora de africanos escravizados para o Rio de Janeiro, graças às longevas relações dos comerciantes luso-brasileiros com as elites locais dessa região. Dos portos de Mayuma (3), Loango (4), Malemba (5), Cabinda (6), Boma (7), Ambriz (8), Luanda (9) e Benguela (10) embarcaram os milhares de *congós*, *angolas*, *benguelas*, *monjolos*, *quiloas* e *cabindas* que executaram os mais diferentes trabalhos na capital colonial e, depois de 1808, na Corte portuguesa em Além-Mar. Ainda que neste período fosse incipiente o comércio com as sociedades da África Oriental, é importante frisar que o tráfico com essa região já existia e que, ao longo do século XIX, ele ganharia um peso significativo na composição dos escravos do Rio de Janeiro. Mapa disponível no site: <http://www.davidrumsey.com>

No cômputo geral, os homens e mulheres designados como *cabindas*, *congo*, *angola* e *rebolo* formaram a maior parte dos escravos na cidade-Corte. Isso fica evidenciado pelos dados já apontados nos estudos sobre tráfico, no exame dos anúncios de jornal e até mesmo na grande importância que a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Beneditos dos Pretos Pobres (composta principalmente pelos *angolas*) teve na história da cidade. Entretanto, as diversas releituras e ressignificações feitas por esses africanos escravizados foram cruciais para suas respectivas experiências no cativeiro, inclusive do que diz respeito à possibilidade de sair desta condição. Atualmente, muitos trabalhos que examinam de forma correlata as origens africanas e a vida escrava no Rio de Janeiro deram especial destaque para a trajetória do grupo *mina*. Embora tal designação tenha sofrido uma série de mudanças ao longo do período escravista (principalmente durante a vigência do tráfico), esses estudos têm ressaltado que homens e mulheres classificados como *minas* desenvolveram, no Novo Mundo, certa aptidão para a execução de serviços urbanos.⁴¹ Seu “tino para os negócios”, em muito decorrente de práticas comerciais vivenciadas e/ou herdadas do continente africano, seria uma das razões pelas quais homens e mulheres *minas* (escravos e libertos) conseguiram controlar boa parte das barracas do Mercado do Rio de Janeiro ao longo do século XIX.

A diversidade das “Áfricas” presentes no Rio de Janeiro não foi notada apenas pelos viajantes que muitas vezes se sentiam em pleno continente africano. As autoridades que governavam a cidade sabiam, ou melhor, aprenderam que a origem dos africanos escravizados tinha implicações significativas no cotidiano da cidade, sobretudo no que diz respeito às práticas que alguns grupos encontraram de lutar por melhores condições de vida e, em alguns casos, pela liberdade. Muito embora tal aprendizado fosse fundamental para o desenvolvimento de políticas de ordenança do

⁴¹ Importantes trabalhos que tratam da experiência dos africanos *mina* na cidade do Rio de Janeiro, alguns já citados neste estudo, são: FARIAS, Juliana B. **Mercados Minas. Africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890)**. Tese de Doutorado apresentada no Departamento de História Social da USP. São Paulo, 2012. FARIAS, J.B. LÍBANO SOARES, C.E. GOMES, F.S. **No Labirinto das Nações. Africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. SOARES, Mariza. **Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. FARIA, Sheila. **Sinhás Pretas, Damas Mercadoras. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e São João del Rey (1700-1850)**. Tese de Professor Titular apresentada junto do Departamento de História da UFF. Niterói, 2004. SOARES, Mariza (Org.) **Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benin ao Rio de Janeiro**. Niterói: EdUFF, 2007.

Rio de Janeiro, havia uma preocupação maior dos órgãos de governo, principalmente da Intendência Geral e Polícia, que tomava esses africanos de forma homogênea. Fossem ditos como aptos para o comércio, indolentes, preguiçosos ou afeitos à revoltas, os africanos escravizados tinham que seguir as normas de uma cidade que, apesar de depender de sua força e trabalho, também deveria materializar-se como Corte. Dessa forma, um dos primeiros lugares a sofrer ações civilizadoras foi o mercado do Valongo: a principal porta de entrada dos africanos escravizados na nova residência da Família Real.

Desde as últimas décadas do século XVIII, o Valongo já era um dos mais importantes mercados de escravos das Américas. As atividades auríferas na região das Minas, bem como a produção de açúcar e de farinha na capitania do Rio de Janeiro haviam sido responsáveis por parcela expressiva dos desembarques feitos na freguesia de Santa Rita. Na realidade, a própria transferência do mercado para essa parte da cidade (ainda no século XVIII) era um dos maiores exemplos da intensificação do comércio de escravos no Rio.

No entanto, ainda que distante do centro da cidade, os horrores que marcavam o desembarque dos africanos escravizados deveriam ser, quando possível, amainados. Além disso, devido ao alto índice de mortalidade de africanos recém-desembarcados e da negligência dos traficantes e comerciantes no enterro desses mortos, o Valongo e suas adjacências tornaram-se foco de muitas epidemias, que há tempos preocupavam as autoridades.⁴² Por isso, entre os últimos meses de 1808 e o primeiro semestre de 1809, o Príncipe Regente fez uma série de mudanças no funcionamento da inspeção sanitária do Valongo. A então Real Junta de Proto-medicamento deixou de ser a responsável pela fiscalização da medicina no Brasil, obrigação que ficou a cargo do Cirurgião-mor José Corrêa Picanço. Em junho de 1809, foi criada a Provedoria-mor de Saúde que, dentre diversas atribuições, deveria fiscalizar as embarcações aportadas na baía de Guanabara,⁴³ sobretudo

⁴² No seu estudo sobre o Valongo, Claudio Honorato sublinhou que, antes mesmo da transferência da Corte, a região próxima ao mercado já suscitava preocupação das autoridades. Tanto que, em 1800, a Real Junta de Proto-medicamento passou a exigir que todos os cirurgiões que embarcassem nos navios que transportavam africanos escravizados para exercer “a arte farmacêutica” deveriam ter licença prévia. Cf.: HONORATO Cláudio. **Valongo: o mercado dos escravos no Rio de Janeiro, 1758-1831**. Dissertação de mestrado defendida no Programa de História da UFF. Niterói, 2008. p. 88.

⁴³ Idem, p. 87-89.

os navios carregados de Negros cheios de Sarnas, Lepras, febres, e outras moléstias contagiosas: [pois] em hum porto de tanta frequência de Navios, vindos, de todas as partes com diferentes cargas, e athe d'America septentrional, aonde algumas províncias são tão frequentes o contágio [...].⁴⁴

As autoridades também cuidaram para que os traficantes e donos de barracões do Valongo não deixassem os corpos dos africanos escravizados sem enterro adequado, prática que, desde o século anterior, causava frequente reclamação dos moradores da freguesia de Santa Rita.

No entanto, o controle da salubridade do Valongo era uma das questões que as autoridades do Rio de Janeiro deveriam se ater. Conforme anunciado nas prisões de João Cassange, Pedro Mina, Antônio Congo e o crioulo Jacinto, a Intendência de Polícia teria muito trabalho para manter a ordem em uma cidade escravista. Thomas Holloway foi categórico ao afirmar que o controle da população escrava teria sido uma das principais atribuições da Intendência Geral de Polícia e, por isso mesmo, uma das principais frentes de atuação de Paulo Fernandes Viana.

Nos primeiros anos da residência da Família Real no Rio de Janeiro, a preocupação em relação à população escrava apareceu de duas formas. A primeira, já pontuada, foram as ações que visavam educar os senhores de escravos que, por exemplo, não mais podiam permitir que seus cativos despejassem os dejetos de suas casas em qualquer local da cidade. A segunda, e talvez mais enérgica atuação da Intendência, recaiu sobre o controle e cerceamento dos crimes cometidos pelos cativos. Nesse sentido, Paulo Fernando Viana contou com uma importante “aliada”: a Guarda Real de Polícia que, à semelhança da existente em Lisboa, foi criada no Rio de Janeiro em maio de 1809. Responsável pela prisão dos criminosos da cidade, a atuação da Guarda Real – que contava com membros considerados implacáveis e famigerados como Miguel Nunes Vidigal – evidenciou, uma vez mais, o peso que a escravidão ganhou na cidade após a transferência da Corte.

O exame documental feito por Leila Algranti e Luis Carlos Soares aponta que, entre os anos de 1808 e 1821 (ou seja, no período joanino), a maior motivação das prisões realizadas pela polícia foi a fuga escrava, que representou 15,5% do total de apreensões. Outros crimes diretamente ligados aos cativos aparecem neste

⁴⁴Apud: HONORATO, C. Op. Cit.2008, p.91. (AN. Série Saúde, IS4 1, Plano de Inspeção de Saúde).

levantamento, tais como “a requerimento do senhor” (2,8%), encontrado em casa de quilombo (0,6%), suspeito de fugido (0,4%), remetido de quilombo (0,4%), ataque ao senhor (0,3%), furto ao senhor e conspiração contra o senhor (0,2% cada). A leitura cuidadosa dos autos criminais demonstra, ainda, que muitos escravos também foram presos por roubo, assassinato, desordens, bebedeiras, brigas, agressões e por praticar capoeira.⁴⁵ Em diversos casos, além de autores, os cativos também eram vítimas dos crimes cometidos, sobretudo no que diz respeito ao roubo. O crescimento do segmento escravo no Rio acabou por gerar um competitivo mercado de trabalho, no qual cativos, libertos e livres muitas vezes disputavam o mesmo serviço.⁴⁶ Para comportar o grande número de prisioneiros, as autoridades do Rio de Janeiro tiveram que fazer algumas mudanças nos Calabouço, presídio construído em 1767, que, em tese, era destinado exclusivamente para escravos: em 1813, ele foi transferido da freguesia de Santa Rita para o morro do Castelo.⁴⁷

Lido conjuntamente com os números referentes ao tráfico, com os relatos deixados pelos viajantes e com o exame de inventários *post mortem*, os dados sobre a criminalidade no Rio de Janeiro corroboram a ideia de que a nova Corte se forjou em meio à escravidão. Tal constatação é fundamental, pois demonstra não só como as novas estruturas de poder do Rio de Janeiro tiveram que negociar com práticas e relações comerciais já existentes na colônia, mas também que, mesmo em face às inúmeras transformações que marcavam o Mundo Atlântico e aos inconvenientes que a presença cativa poderia trazer para a vida cortesã, a Coroa portuguesa manteve a escravidão como um dos pilares da América portuguesa.⁴⁸ Sendo assim, ao contrário do

⁴⁵ Cf. ALGRANTI, Leila. *O Feitor Ausente. Estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro 1808-1821*. Petrópolis: Vozes, 1988. p. 209-210. SOARES, Luis Carlos. Op. Cit., 2007. p. 443. Importante ressaltar que o levantamento feito pelos dois autores teve como base a análise do Códice 403 (que se encontra no Arquivo Nacional), composto pelas prisões feitas pela Polícia da Corte no período joanino.

⁴⁶ A competitividade por trabalho dentre a população escrava do Rio de Janeiro já foi abordada em estudo anterior. Cf.: SANTOS, Y. Op. Cit., p. 83-88.

⁴⁷ ARAÚJO, Carlos E.M. *Cárcees Imperiais: a Casa de correção do Rio de Janeiro. Seus detentos e o sistema prisional no Império, 1831-1860*. Tese de doutorado defendida no departamento de História da UNICAMP, Campinas, 2009.

⁴⁸ As mudanças que assolaram o Mundo Atlântico fizeram com que a escravidão passasse a ser questionada no mundo colonial. Esse questionamento esteve presente em muitos debates travados entre políticos portugueses e luso-brasileiros que, ao fim e ao cabo, optaram pela manutenção da instituição no Império português. Um exame criterioso desses debates pode ser encontrado em: BERBEL, M. MARQUESE, R. PARRON, T. *Escravidão e Política. Brasil e Cuba 1790-1850*. São Paulo: HUCITEC, 2010. p. 128-138.

que parte da historiografia assinalou, o Rio de Janeiro não se transformou em Corte do Império luso a despeito da escravidão, mas sim graças a ela.

Na obra em que analisa a transformação do Rio na *Versalhes Tropical*, Kirsten Schultz fez uso de dados levantados pela historiografia sobre a escravidão no Rio de Janeiro (alguns deles utilizados nessa pesquisa), para mostrar as dificuldades encontradas pelo poder público na tentativa de adequar o comportamento dos escravos aos novos padrões de sociabilidade exigidos pela vida em Corte.⁴⁹ Entretanto, ainda que os aspectos levantados pela autora tenham, de fato, marcado o “processo civilizatório” do Rio de Janeiro a partir de 1808, a presente pesquisa defende que os ganhos obtidos pela manutenção da escravidão foram muito maiores do que os problemas enfrentados pela Intendência Geral de Polícia e demais órgãos governativos. Não só porque os escravos constituíram-se como principal mão-de-obra da cidade, mas também porque tais cativos acabaram ganhando novos usos simbólicos que, por sua vez, só tinham sentido numa vida em Corte. Alguns viajantes que visitaram o Rio ficaram surpresos com a hierarquia existente entre a escravaria de uma família rica da cidade, que, ao passear pelas ruas, a caminho da Igreja, seguia o comportamento esperado de habitantes cortesões e civilizados.⁵⁰ No caso do Rio de Janeiro, o processo de tornar-se Corte foi feito entre pompas, circunstâncias e muitos escravos, utilizados das mais diferentes formas.

Foi por isso que, de forma um pouco confusa, e em certa medida hesitante, o ministro Marquês de Aguiar enviou um ofício ao Príncipe Regente D. João, no qual tentava esclarecer o porquê da lei municipal que proibia os batuques escravos no Rio de Janeiro em 1814.⁵¹ Antes mesmo da explicação, o ministro fez questão de pontuar que a proibição não dizia respeito aos

ajuntamentos de negros nas fontes, Igrejas, e Teatro [...], por que seria de grande inconveniente, e até impossível proibir, que os escravos, que são os braços de que todas as famílias se servem no Brasil, conduzam seus Senhores aos Templos, ao Teatro, vão buscar água as fontes, e façam outros serviços desta natureza em que o concurso deles é inevitável, ainda que daqui possa acontecer alguma desordem.⁵²

⁴⁹ Cf.: SCHULTZ, K. Op. Cit., p. 182-216.

⁵⁰ Cf. DEBRET, J. Op. Cit., p. 37.

⁵¹ BN. Documento II-33,24,29 – Ofício do Marquês de Aguiar, ao Conde dos Arcos.

⁵² Idem (grifos meus).

Com medo de não ter se feito claro, o ministro sublinhou ainda que não se tratava de vetar “*que os escravos se juntem nos largos da Graça e do Bicalho, e que ai dancem até o toque das Ave Marias*”, porque “*destes ajuntamentos, que deles não espera mal algum, [pois] o numero dos escravos que neles se entretém é muito diminuto*”. O problema residia nos ajuntamentos que o Marquês de Aguiar classificava como *batuques* e *bailes*, já que tais eventos acabavam por abalar o “*sossego e tranquilidade, pois os escravos nestes divertimentos se entregam mais a embriaguez, e ficam mais aptos para cometerem crimes, além de arruinarem sua saúde*”.⁵³

A maneira quase vacilante com a qual o ministro retratou a questão dos batuques de escravos revela aspectos interessantes do Rio de Janeiro de então. O número de cativos, que desde o seiscentos já cuidava dos afazeres das casas cariocas e *ganhava* as ruas vendendo quitutes ou descarregando as embarcações, aumentava a olhos vistos. Como sublinhado pelo vice-rei, os cativos faziam toda natureza de serviços na cidade, inclusive aqueles que exigiam idas constantes a espaços públicos, como teatros, igrejas e chafarizes. E era justamente esse caráter móvel da escravidão no Rio de Janeiro que tornava impossível proibir que esses cativos transitassem e, muitas vezes, se encontrassem no espaço citadino.

Não havia como controlar todas as instâncias da mobilidade inerente à escravidão urbana, e o ministro sabia muito bem disso. Mas ele também sabia a potencialidade que esses ajuntamentos poderiam vir a ter no Rio de Janeiro da época e, por ter sido a principal autoridade da colônia, ele compreendia bem as dificuldades de administrar o *concurso inevitável* desses cativos.

Mas essa dificuldade, que muitas vezes deixou as autoridades confusas e vacilantes, foi pouco a pouco sendo contornada. A escravidão era peça chave na dinâmica colonial, e D. João e seus ministros deixaram isso evidente não só nos acordos diplomáticos travados com a Inglaterra, como na conformação do aparelho de Estado que lidou com as diferentes questões relativas à escravidão na nova sede de poder do Império Lusitano. Foi como cidade-Corte que o Rio de Janeiro representou a escolha da Coroa portuguesa pela escravidão, escolha esta que foi tecendo as diferentes relações de poder vivenciadas nas urbes e que, sem dúvida alguma, fizeram parte das razões que elevaram o Rio de Janeiro à sede do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves no ano de 1815 e, mais tarde, da capital do Império do Brasil.

⁵³ Ibidem.

Referências bibliográficas:

- ABREU, A. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: INPLARIO, 1997.
- ALEXANDRE, Valentim. **Os sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português**. Porto: Edições Afrontamento, 1993.
- ARAÚJO, Carlos E.M. **Cárceres Imperiais: a Casa de correção do Rio de Janeiro. Seus detentos e o sistema prisional no Império, 1831-1860**. Tese de doutorado defendida no departamento de História da UNICAMP, Campinas, 2009.
- BERBEL, M. MARQUESE, R. PARRON, T. **Escravidão e Política. Brasil e Cuba 1790-1850**. São Paulo: HUCITEC, 2010.
- CAVALCANTI, Nireu. **Rio de Janeiro Setecentista. A vida e a construção da cidade da Invasão Francesa até a chegada da Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- COWLING, Camillia. **Matrices of Opportunity: Women of Colour, Gender and the Ending of Slavery in Rio de Janeiro and Havana, 1870-1888**. Tese de Doutorado em História defendida na Universidade de Nottingham, Nottingham, 2006.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A Interiorização da Metrópole. In: **A Interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.
- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador. Uma História dos Costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- FARIA, Sheila. **Sinhás Pretas, Damas Mercadoras. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e São João del Rey (1700-1850)**. Tese de Professor Titular apresentada junto do Departamento de História da UFF. Niterói, 2004.
- FARIAS, J.B. LÍBANO SOARES, C.E. GOMES, F.S. **No Labirinto das Nações. Africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. SOARES, Mariza. **Mariza. Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- FARIAS, Juliana B. **Mercados Minas. Africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890)**. Tese de Doutorado apresentada no Departamento de História Social da USP. São Paulo, 2012.
- FLORENTINO, M. **Em Costas Negras. Uma história do tráfico de escravos entre a África e Rio de Janeiro**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- FRAGOSO, J. **Homens de Grossa Aventura. Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. As bases institucionais da construção da unidade dos poderes no Rio de Janeiro Joanino: administração e governabilidade no Império Luso-Brasileiro. In: JANCSÓ, I. (org). **Independência: História e historiografia. São Paulo, HUCITEC/FAPESP, 2005, p.723**. Andréa. **Vida Política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: HUCITEC, 2006, pp. 51-77.

HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro. Repressão e resistência numa cidade do século XIX.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

HONORATO Cláudio. **Valongo: o mercado dos escravos no Rio de Janeiro, 1758-1831.** Dissertação de mestrado defendida no Programa de História da UFF. Niterói, 2008.

KARASCH, M. **A vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850).** São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

Leila. **O Feitor Ausente. Estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro 1808-1821.** Petrópolis: Vozes, 1988.

LIMA, Carlos A. **Artífices do Rio de Janeiro (1790-1818).** Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

LIMA, Valéria A.E. **Debret, historiador e pintor: a viagem pitoresca e histórica ao Brasil (1816-1839).** Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

LUCCOCK John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil.** São Paulo: EDUSP, 1975.

MARINS, Paulo César Garcez. **Através da Rótula. Sociedade e Arquitetura Urbana no Brasil, séculos XVII a XX.** São Paulo: HUMANITAS/FFLCH-USP, 2001.

MATTOS, Ilmar R. Construtores e Herdeiros. A trama dos interesses na construção da unidade política. In: www.almanack.br

MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil: principalmente aos distritos de ouro diamantino.** Rio de Janeiro: Zelto Valverdas, 1944.

NORONHA SANTOS, F. **As freguesias do Rio antigo.** Rio de Janeiro: Ed. O Cruzeiro, 1965.

PEREIRA, Sonia Gomes. **A Reforma Urbana de Pereira passos e a Construção da Identidade Carioca.** Tese de Doutorado apresentada na Escola de Comunicação da UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.

RODRIGUES, J. **De Costa a Costa - escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860).** São Paulo: Cia das Letras, 2005. p.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Irmãs do Atlântico. Escravidão e espaço urbano no Rio de Janeiro e Havana (1763-1844).** Tese de Doutorado em História Social defendida na Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **Além da Senzala. Arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro, 1808-1850.** São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2010.

SCHULTZ, Kirsten. **Versalhes Tropical. Império, Monarquia e a Corte Real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SELA, Eneida Maria. **M. Modos de ser, modos de ver. Viajantes europeus e escravos africanos do Rio de Janeiro (1808-1850)**. Campinas: Editora UNICAMP, 2008.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A Intendência-Geral da Polícia: 1808-1821. In: **Acervo**. Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 137-151, jul - dez. 1986.

SOARES, Luis Carlos. **O “povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX**. Rio de Janeiro: 7 LETRAS/FAPERJ, 2007.

SOARES, Mariza (Org.) **Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benin ao Rio de Janeiro**. Niterói: EdUFF, 2007.

STRAUMANN, P. (org.) **Rio de Janeiro cidade mestiça. Nascimento da imagem de uma nação**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.